

# Igualdade e oportunidade de acesso via Biblioteca Pública e Instituição de Ensino Superior

Maria Clara Fonseca\*

---

**Resumo** – O direito de acesso à informação não se restringe apenas às fontes convencionais, disponibilizadas nos acervos das bibliotecas. A atual sociedade da informação acelerou o progresso científico e tecnológico das nações, mas trouxe consigo uma nova classe de excluídos. São pessoas que não conseguem ter acesso e usufruir da informação como um bem necessário à cultura e a própria sobrevivência do homem. A biblioteca pública como instituição social e democrática cumpre o seu papel, facilitando o acesso à informação a todos que dela necessitam. A Instituição de Ensino Superior exerce a sua missão, relacionando com a comunidade local e regional, participando ativamente dos problemas sociais. A parceria entre ambas as instituições é uma demonstração clara do acreditar que somente a conjugação integrada de esforços poderá superar os inúmeros desafios.

**Palavras-chave:** informação, cidadania, Biblioteca Pública.

---

## 1) Introdução

Ao longo da história, a biblioteca pública brasileira mostrou-se uma instituição alheia aos interesses da população, representada, na grande maioria, por analfabetos. Ao invés de firmar-se como um espaço de inclusão, abrindo igualmente suas portas a todos da sociedade, tornou-se um espaço restrito àqueles que dominam a leitura e a escrita. Somente nos anos 60 a 80, período em que a informação foi considerada um instrumento de dominação e que deveria ser apropriada pelas classes populares,

é que se percebe um esforço maior de algumas bibliotecas no sentido de facilitar o uso da informação.

A leitura é um instrumento fundamental para ampliar o conhecimento e tornar o cidadão um conhecedor de seus direitos, tornando-o mais ativo na sociedade. Entretanto, se considerarmos que as bibliotecas públicas atendem, na grande maioria, pessoas letradas ou que possuem um nível mínimo de letramento, é possível criar alternativas de inclusão das pessoas analfabetas ou semi-analfabetas que não usufruem do direito de se informar e, conseqüentemente, deixam de exercer a sua cidadania.

A informação oral e inter-pessoal é uma forma bastante eficaz que possibilita maior esclarecimento e orientação das pessoas em suas necessidades básicas do dia-a-dia. É também conhecida como informação utilitária que acontece através do processo de comunicação e do contato direto entre as pessoas.

A informação utilitária, pela sua própria natureza de abordar questões pessoais e do cotidiano, é transmitida, mais usualmente, de forma verbal e dificilmente é encontrada nos acervos convencionais das bibliotecas.

As classes sociais mais necessitadas, muitas vezes, deixam de usufruir de seus direitos por não saberem onde e como buscá-los pela falta de informação. Diante desta realidade, o papel da Biblioteca Pública é fundamental para auxiliar as pessoas a encontrarem o caminho certo para a solução de seus problemas.

A experiência da Biblioteca Pública Municipal de Araxá - MG mostra que é possível ir além das funções básicas de preservar, organizar e difundir o conhecimento. A estratégia possui um caráter democrático e desenvolve serviços relevantes à comunidade, que passam a servir não apenas àqueles indivíduos alfabetizados e estudantes que procuram a biblioteca pública, mas a grande massa de pessoas excluídas que não têm conhecimento ainda do que seja uma biblioteca, e para as quais a informação pode significar a solução de um problema, a obtenção de um benefício social.

A extensão bibliotecária e a extensão universitária têm como objetivo comum interagir com a comunidade onde a biblioteca e a universidade estão inseridas. As ações de responsabilidade social de ambas as instituições podem ser perfeitamente

cumpridas através dos laços de parceria. Enquanto a primeira disponibiliza recursos materiais, recursos humanos e infra-estrutura do serviço (unidade móvel, acervos, equipamentos e funcionários) para levar a informação e o conhecimento à comunidade, a segunda se organiza para colocar em campo os agentes disseminadores da informação e do conhecimento, através da participação e do envolvimento dos alunos e professores.

A proposta funciona como uma via de duas mãos, em que a biblioteca e a universidade levam conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebem como retroalimentação influxos positivos, tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações além de aprender com o saber dessas comunidades. O compartilhamento do serviço de extensão visa facilitar o acesso à informação e conhecer de perto as reais necessidades da comunidade em que a biblioteca pública e a universidade estão inseridas, possibilitando o desenvolvimento de ações em prol da comunidade.

A metodologia aplicada parte da comunicação inter-pessoal através do diálogo entre os universitários e a comunidade, da prática sistemática de registro das informações, análise e diagnósticos das necessidades de informação, orientação, esclarecimento e encaminhamento do cidadão às fontes certas.

## **2) A evolução do papel da Biblioteca**

A biblioteca enquanto instituição firmou-se como memória coletiva das experiências científicas e culturais das sociedades antigas e medievais. Da função de preservar, deparou-se com o aumento acelerado da produção cultural, passando a exercer a função de organizar e disseminar os registros gráficos, visuais e sonoros.

A biblioteca pública, desde o seu surgimento, em 1850, acumulou quatro funções básicas que estão presentes até os dias atuais: a função educacional entendida como suporte ao ensino; a função cultural agregada à educação e entendida como um meio capaz de ampliar a inteligência das pessoas; a função recreacional como forma de oferecer o entretenimento através da leitura, e a função informacional que surge no bojo de um amplo movimento contestatório, no final

dos anos 60 e início dos 70, em busca de uma nova função para a biblioteca pública. Torna-se, assim, uma instituição menos interessada em colecionar livros e mais preocupada em reunir pessoas, ou seja, mais humana. O grande desafio dessa função é fazer com que a biblioteca pública conquiste um espaço socialmente útil e que seja capaz de ajudar as pessoas a encontrarem a solução de seus problemas.

De acordo com o estudo de (MUELLER apud FIGUEIREDO, 1996, p. 107), o papel da biblioteca pública evoluiu ou foi-se alterando, de uma instituição voltada à educação do cidadão, do alargamento da sua cultura e do seu lazer, para estas novas funções “de caráter comunitário, ligado à necessidade de informação para as atividades diárias”.

Para que a biblioteca pública possa atuar como um sistema de informação, ela necessita dar relevância à informação do cotidiano de seus usuários – informações essas vitais e necessárias à sobrevivência. São informações não encontradas em livros e, muitas vezes, não registradas sob outra forma.

### **3) O conceito e a necessidade de informação**

Le Coadic (1996) define o termo informação como (...) “um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. (...). “É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte (...)” (LE COADIC, 1996, p. 5).

Quanto à necessidade de informação, Kobashi e Tálamo (2003) mostram que o entendimento dos traços característicos torna-se mais claro quando se faz a seguinte analogia: a informação, como alimento, é um bem. “Da mesma forma que a falta de alimento provoca fome, a falta de informação provoca ausência do conhecimento” (KOBASHI E TÁLAMO 2003, p.8-10).

Na busca por solucionar situações de carência e de escassez, a sociedade organiza seus estoques de informação e estabelece estratégias específicas para colocá-los em ação, para transformá-los em fluxos, tendo um único objetivo: que o indivíduo

os capture, promovendo a ação de conhecer.

Para entender uma real necessidade de informação, Le Coadic suscita o seguinte questionamento:

(...) o que leva uma pessoa a procurar a informação? A existência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado. A necessidade de informação parecia pertencer então à categoria das necessidades humanas básicas. O fato, porém, de a necessidade de informação não ser compartilhada igualmente por todos os seres humanos nos leva a questionar sobre a verdadeira condição:

a) existe uma necessidade de informação bem-definida, como as necessidades físicas, e que pode ser considerada em si mesma uma necessidade fundamental?

b) ou a necessidade de informação é uma necessidade derivada que servirá à realização de outros tipos de necessidades? (LE COADIC, 1996, p. 40).

Em relação a uma necessidade derivada, Le Coadic (1996) lembra que o enfoque tradicional em ciência da informação considera que o usuário chega ao sistema de informação com uma necessidade mais ou menos bem especificada. A função do sistema é fornecer a informação. Pressupõe que os indivíduos têm necessidades de informação da mesma forma que necessitam de um alimento ou abrigo. Sendo assim, a necessidade de informação tem o mesmo grau de importância que uma necessidade física fundamental. Entretanto, várias são as pessoas que nunca utilizaram um sistema de informação, o que comprova que a necessidade de informação, quando existe, é uma necessidade derivada, exigida para a realização de uma necessidade mais fundamental.

Quanto aos tipos de necessidades de informação, consideram-se duas classes derivadas de necessidades fundamentais: a necessidade de informação em função

do conhecimento e a necessidade de informação em função da ação. A primeira é uma necessidade derivada do desejo de saber, de sanar uma dúvida, de se libertar de uma angústia. É encontrada nas bibliotecas através dos livros, mas não é repartida igualmente. O outro tipo é a comunicação informal desse conhecimento, a comunicação inter-pessoal, determinada pelas estruturas sociais que também são desiguais.

#### 4) Cidadania

Jaime Pinsky (2003, p.9) na obra *História da Cidadania* diz que o exercício dos direitos civis, políticos e sociais garantem ao indivíduo participar, integrar e interagir na sociedade, possibilitando o exercício pleno da cidadania. Na sua concepção, a cidadania não é uma definição estática, mas um conceito histórico, e seu sentido varia no tempo e no espaço. Desta forma, não há um conceito único e eterno de cidadania. Pelo contrário, no desenrolar da história, várias foram as acepções dadas a este status humano, até a pluralidade de concepções da atualidade.

Para Vieira (2004, p. 22), a cidadania tem assumido historicamente várias formas em função dos diferentes contextos culturais. O conceito de cidadania, enquanto direito a ter direito, tem-se prestado a diversas interpretações. Entre elas, tornou-se clássica a concepção do sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall, que, analisando o caso inglês e sem pretensão de universalidade, generalizou a noção de cidadania e de seus elementos constitutivos (MARSHALL, 1967).

Em Cidadania, classe social e status, o sociólogo apresenta uma espécie de cronologia da evolução dos direitos do cidadão, usando como base para seu estudo o caso da Inglaterra, berço da Revolução Industrial. Segundo o autor, no modelo de cidadania inglês, os primeiros direitos a se estabelecerem foram os civis (no século XVIII), que são aqueles direitos que dizem respeito ao indivíduo, como a liberdade e a igualdade perante os homens. Em seguida, vieram os direitos políticos (no século XIX), como o voto e as democracias, que deram ao cidadão a oportunidade de mais participação no Estado. Por último, foram os direitos sociais

(no século XX), quando o Estado passou a oferecer ao cidadão, de forma universal, os serviços públicos, como a educação, saúde, transporte, lazer etc.

Se considerarmos a imagem de uma pirâmide de direitos, podemos dizer que na sua base estão os direitos civis, que sustentam todo o resto. No meio, ficam os direitos políticos e, no topo, os sociais. Segundo Manzini-Covre (2001, p.15), esses três conjuntos de direitos, que comporiam os direitos do cidadão, não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca. Esses direitos são dependentes da co-relação de forças econômicas e políticas para efetivar. Nesse contexto, está a difícil reflexão: os direitos de uns precisam condizer com os direitos dos outros, permitindo a todos o direito à vida no sentido pleno – traço básico da cidadania. Portanto, trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo.

## **5) O direito de acesso à informação**

Com base no Manifesto da Unesco, Macedo e Semeghini-Siqueira (2000, p.3) mencionam que os indivíduos de cada país tornar-se-ão verdadeiros cidadãos se assim se conduzirem, e para tal deverão ser pessoas bem informadas, por meio de leitura, estudos, debates com seus pares, e capazes de exercer seus direitos democráticos e papéis ativos na sociedade. Entretanto, a participação efetiva do sujeito, consciente de sua cidadania e da importância de ações construtivas para o desenvolvimento da democracia, dependerá tanto da educação adequada e das ideologias vigentes no país como do livre e irrestrito acesso à informação, ao conhecimento.

Na opinião de Macedo e Semeghini-Siqueira (2000, p.4), o único caminho para a educação mudar o Brasil, tornando o país mais equilibrado socialmente, é capacitar de modo eficaz todos os indivíduos para que se tornem cidadãos responsáveis e possam exercer o direito de cidadania na Sociedade da Informação

ou Sociedade do Conhecimento.

O direito de conhecer e de se informar é a face reversa do direito de expressar e de comunicar. Se, por um lado, os meios de comunicação podem cobrir livremente os mais diversos assuntos, fazer análise e emitir suas opiniões, por outro, o cidadão terá condições de formar sua opinião e expressá-la, se desejar.

## **6) Serviço de informação à comunidade**

Em uma linha mais moderna de atuação de bibliotecas públicas, Figueiredo (1999, p.102) mostra que os serviços de informação são compreendidos como aqueles trabalhos bibliotecários dirigidos de maneira mais direta aos usuários, conhecidos também como serviços públicos, ou, ainda, os serviços fins da biblioteca, razão da sua própria existência.

Para Almeida Júnior (2004) não há, ainda, um conceito consensual na literatura do que seja a informação pública. No entanto, considera que mesma é direcionada para um grande público, ou seja, para toda a sociedade. Os espaços onde a informação pública é disseminada são bastante diversificados e mantidos pelo Estado, fundações ou grupos de pessoas envolvidas com alguma atividade de âmbito social. Ao ser veiculada, não pode se restringir apenas à escrita. Deve incluir, dentre outros meios, a informação oral. Geralmente a informação pública visa à formação da cidadania, através de informações escolares, utilitárias, culturais, de lazer, de educação continuada, de auto-educação etc.

Suaiden (1995, p.55) revela que no Brasil a porcentagem de não usuários nas bibliotecas públicas ultrapassa à de usuários. De uma maneira geral, os não usuários vivem em comunidades carentes dos centros urbanos e se deparam não apenas com a falta de biblioteca, mas também com os problemas econômicos, culturais e educacionais. São as chamadas populações de excluídos e marginalizados.

As necessidades de informação dos não-usuários são muito distintas e compreendem o que poderíamos denominar como informação utilitária, destinada a resolver os problemas cotidianos. O estudo realizado por Polke (1982, p.25)



mostra a estrutura da informação utilitária e seus aspectos essenciais nas seguintes áreas: saúde, emprego, legislação, educação, lazer, moradia.

## **7) As práticas extensionistas**

As bibliotecas públicas e as universidades devem desenvolver as práticas extensionistas, visando ao cumprimento de suas funções e da responsabilidade social a elas incumbidas. A busca de estratégias para se aproximar da comunidade onde estão inseridas, conhecer de perto as necessidades básicas da população e prestar serviços que possibilitem ao cidadão exercer a sua cidadania são os passos essenciais da prática extensionista.

### **7.1 A extensão bibliotecária**

Em sua origem, o serviço de extensão caracteriza-se por levar para fora da biblioteca, através de unidades móveis, os serviços que a mesma presta em suas instalações fixas, ou seja, o empréstimo de livros em domicílio, com prazo definido para sua devolução, e consulta nos próprios veículos, do material de referência e de periódicos.

Considera-se que o serviço de extensão bibliotecária possibilitou uma importante mudança na concepção de biblioteca pública brasileira, ampliando a reflexão sobre a sua responsabilidade social, especialmente com as classes mais necessitadas que, muitas vezes, são impedidas, por vários motivos, de ter acesso aos serviços prestados à sede central.

Para Pimentel (1982), a característica da extensão bibliotecária é levar informação através de uma ação educativa e facilitar a todos o acesso à informação e à cultura. Na interpretação da autora, a extensão é um serviço com dimensão mais ampla e não se restringe a levar para fora da biblioteca os serviços por ela oferecidos, mas, sobretudo, um programa com características definidas, que tanto pode ser levado por uma unidade móvel como pode ser realizado no próprio prédio

da biblioteca, num clube social, num campus universitário, em escola ou outra instituição que se integrem, em regime de cooperação, ao programa. A autora manifesta a sua idéia com a pertinente afirmação:

(...) uma das características do trabalho de extensão da biblioteca pública é a criteriosa programação das atividades a serem realizadas junto às comunidades. Esse programa constitui-se na razão de ser do próprio sistema de atuação bibliotecária, devendo ter as seguintes características: ser baseado na realidade local; estar voltado para as necessidades da comunidade; ser permanente e flexível; ser educacional, contínuo e evolutivo; ser cooperativo; possibilitar a avaliação dos resultados. (PIMENTEL,1982, p.3)

Um programa com as características definidas acima prevê uma evolução de metas e objetivos da biblioteca pública, especialmente com relação à proposta de cooperação com outras instituições, e a integração com a comunidade, sem que haja elitismo de serviços.

O Serviço de Extensão progride com novas formas de ação, interligando-se com outras instituições, possibilitando que se instaurem o diálogo, a participação e a conscientização das classes mais necessitadas. A extensão passa a caminhar para a ação cultural, a partir do momento em que começa a incorporar os passos fundamentais dessa nova metodologia que se resume na prática do diálogo, da participação e da conscientização..

## **7.2) A extensão universitária**

O pilar de sustentação da universidade: ensino, pesquisa e extensão constitui

as funções básicas do ensino superior, as quais devem ser equivalentes e igualitárias em seu tratamento por parte das IES.

O artigo 207 da Constituição, ao afirmar que “as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, esclarece que as universidades são obrigadas a integrar essas atividades de maneira que se complementem, para bem formar seus universitários. A universidade é detentora e transmissora do conhecimento. Por meio da pesquisa, aprimora os conhecimentos existentes e produz novos conhecimentos. Pelo ensino, conduz esses aprimoramentos e os novos conhecimentos aos educandos. Por meio da extensão, procede a difusão, socialização e democratização do conhecimento existente, bem como das novas descobertas à comunidade.

De com Silva (2007) a extensão também propicia a complementação da formação dos universitários, por meio da aplicação prática do conhecimento. Assim, forma-se um ciclo em que a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino e pela extensão, de maneira que as três atividades tornam-se complementares e dependentes, atuando de forma sistêmica.

O ensino, pesquisa e extensão são atividades interdependentes, complementares e precisam ter valorações equivalentes no sistema universitário. A qualidade e o sucesso dos profissionais formados pelas universidades, dependem, diretamente, do nível de desenvolvimento, equilíbrio e harmonia entre essas três áreas da Universidade. É difícil conceber universitários bem formados sem a influência dessa formação sistêmica interdependente e complementar que deve ser propiciada pelo ensino, pesquisa e extensão.

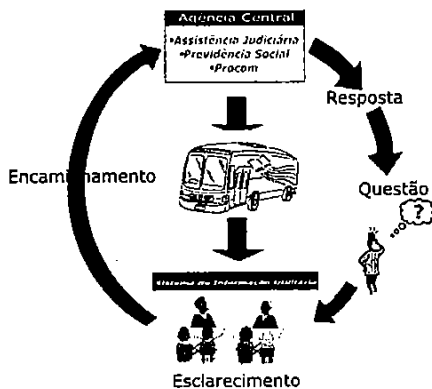
Como forma de contribuição social à nação, a universidade vai até a comunidade ou, por vezes, pode receber pessoas da comunidade em seu campus, prestando-lhes serviços, assistência, atendendo-lhes os anseios e as necessidades. A universidade coleta dados e informações, realiza estudos e pesquisas, visando bem atender à comunidade. Uma vez em contato direto com a realidade local, a universidade tem a possibilidade de rever e atualizar a estrutura, seus currículos e suas ações para o atendimento voltado à realidade do país.

## 8) A experiência do “Plantão de Informação do Cidadão”

Da tradicional função de oferecer a educação, a cultura e o lazer, surge a necessidade da Biblioteca Pública Municipal de Araxá tornar-se mais útil socialmente, exercendo na comunidade uma ação educativa que vá além da oferta de livros. Uma ação inter-pessoal que envolve a comunicação entre pessoas e estabelece o diálogo.

A partir da estruturação do serviço de informação oral, denominado “*Plantão de Informação ao Cidadão*”, a biblioteca passou a oferecer à comunidade meios para esclarecer as dúvidas, orientar e encaminhar as pessoas às fontes certas para a solução dos problemas do dia-a-dia.

Inicialmente, o projeto foi desenvolvido na unidade móvel da Biblioteca Municipal, em parceria com o Centro Universitário do Planalto de Araxá (UNIARAXÁ). O serviço de informação contou com um grupo de estagiários do Curso de Direito que acompanhou o itinerário do ônibus nos bairros da cidade, de março a junho de 2006.



Ciclo da informação no serviço itinerante da biblioteca móvel

Atendimentos realizados na sede da Biblioteca Municipal

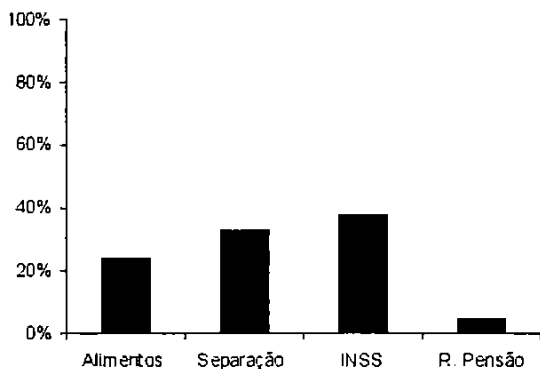
Fonte: FONSECA, 2005. p.167.

Após a experiência do serviço itinerante, o atendimento foi fixado, a partir de julho de 2006, na sede da Biblioteca Municipal. Atualmente, optou-se por manter um atendimento fixo e diário, na sede central e, nos finais de semana, nos bairros da periferia.

O projeto tem a adesão de outras entidades parceiras que se propuseram a contribuir para o desenvolvimento do serviço de informação. A agência local da Previdência Social ofereceu um treinamento aos estagiários e a outras pessoas envolvidas no projeto, propiciando maior entendimento e segurança no atendimento das informações previdenciárias. Já o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON) e o Sistema Municipal de Emprego (SINE) também participam, dando apoio informativo à equipe através de contatos telefônicos e materiais impressos.

À frente do projeto, a Biblioteca Pública Municipal preparou o espaço destinado ao serviço de informação à comunidade, bem como os recursos materiais e humanos. Durante o desenvolvimento do projeto, procurou identificar as reais necessidades de informação da comunidade, organizando-as e disponibilizando-as de forma estruturada em banco de dados.

Dentre os resultados obtidos, observa-se uma demanda acentuada, principalmente, por questões relacionadas à informação previdenciária e ao direito de família: paternidade, pedidos de alimentos, execução de alimentos, exoneração de alimentos, revisional de alimentos, união estável, separação judicial, guarda de menor, inventário, execução de cheque, doação de bens, solicitação de internação de filho, obrigação de fazer, reclamação de impostos, seguro, anulação de negócio jurídico e alvará judicial.



Fonte: Banco de dados da Biblioteca Pública Municipal - 2006

O serviço de informação implementou mudanças no gerenciamento da Biblioteca Municipal como um sistema de informação e comunicação, visando atingir públicos maiores e ampliar a sua ação educativa e comunicológica. É uma alternativa que permite aproximar a biblioteca pública das populações carentes, ampliando a comunicação através do diálogo. Essa prática reduz a ignorância e a incerteza, aumenta o nível de consciência do cidadão, esclarece seus direitos e o eleva à condição de participante da sociedade.

### 9) As vantagens do trabalho em parceria

No trabalho em parceria, as instituições envolvidas são igualmente beneficiadas por comungarem os mesmos propósitos e somarem esforços para atingir um único objetivo.

Biblioteca Pública	IES
Cumprimento da função informacional	Oferta de infra-estrutura adequada de transporte e demais recursos disponibilizados pela Biblioteca
Inovação da extensão bibliotecária com práticas sociais diferenciadas	Facilidade de integração universidade-comunidade
Oportunidade de realizar um trabalho cooperativo com a IES	Oportunidade de difusão e socialização do conhecimento detido pela área de ensino
Cumprimento da função informacional	Conhecimento da realidade da comunidade em que a IES está inserida
Maior credibilidade e divulgação da biblioteca na comunidade	Possibilidade de diagnosticar necessidades de pesquisa e outras ações
Ampliação dos serviços à comunidade além da oferta da leitura	Prestação de serviço e assistência à comunidade

Quadro 1 – Vantagens do trabalho em parceria  
Fonte: Fonseca (2005, p. 156).

A Biblioteca Pública tornou-se um importante instrumento para as atividades de extensão do UNIARAXÁ, considerando que oportuniza o contato direto do aluno com a realidade do seu meio, ampliando os conhecimentos teóricos obtidos em salas de aula. Entretanto, a biblioteca pública como um centro de informação precisa ir além do acesso à leitura. O fortalecimento de parcerias é o caminho mais

fácil para oferecer à comunidade outras opções de acesso à informação para o exercício pleno da cidadania.

## 10) Conclusão

Aos profissionais envolvidos no exercício da função informacional, cabe atentar para os inúmeros problemas sociais enfrentados pela população e criar alternativas para transformar a realidade desse cenário.

Na atual Sociedade da Informação, as competências exigidas dos profissionais da informação vão além do conhecimento específico da área e de outras afins. Requer-se também uma dosagem mínima de sensibilidade, interesse e vontade própria para praticar ações mais humanitárias em prol da coletividade.

O acesso à informação da grande legião de excluídos pode representar uma melhoria de vida, a resposta de uma necessidade, o alcance de um benefício social.

O contraste social do Brasil, marcado pela desigualdade e a exclusão de tantos brasileiros e a luta pelo efetivo acesso aos Direitos Humanos extrapola, e muito, o âmbito da leitura. Somente uma ação conjunta e progressiva, pautada na pluralidade e pela dialética, poderá enfrentar e, quem sabe, vencer os desafios cada vez maiores e mais complexos que se apresentam ao exercício da cidadania na atualidade e no futuro.

As atividades de extensão universitária, tão imprescindíveis à formação do universitário quanto o ensino e a pesquisa, precisam merecer por parte das IES, maior atenção e apreço. As universidades particulares não podem prescindir da extensão, pois sem ela estarão divorciadas das comunidades onde estão inseridas, além de estarem alijadas de instrumentos e condições capazes de propiciar, aos novos profissionais, uma formação integral consolidada.

Se considerarmos que uma das dificuldades encontradas pela IES para desenvolver as atividades de extensão refere-se à falta de um veículo disponível com

infra-estrutura própria e adequada para conduzir os alunos, motorista disponível, funcionários treinados e recursos didático-pedagógicos para dar suporte às atividades; e, se por outro lado, a grande dificuldade da Biblioteca Pública em exercer uma ação educativa na comunidade está na dependência de agentes de informação - detentores de conhecimentos -, a parceria entre ambas as instituições se torna perfeita, uma vez que possibilita a ampliação do uso da Biblioteca Móvel, a integração dos serviços e o compartilhamento das atividades de extensão, fortalecendo, assim, ações de responsabilidade social de ambas as instituições.

## Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco. Informação pública: conceitos e espaços. In:\_\_\_\_. VALENTIM, Marta. **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 4, p. 71-81.
- FONSECA, Maria Clara. **Biblioteca Pública: da extensão à ação cultural como prática de cidadania**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.
- FIGUEIREDO, N. M. Biblioteca como sistema de informação. In:\_\_\_\_. **Textos avançados em referência de informação**. São Paulo: Polis; APB, 1996. p. 101-105.
- KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n.3, p. 7-21, set./dez., 2003.
- LE COADIC, Ives-François. **A ciência da informação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1996. 119p.
- MACEDO, Neusa Dias de; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. **Biblioteca Pública / Biblioteca Escolar do país em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para a reconstrução de significados com base no Manifesto da Unesco**. São Paulo: CRB-8/: FEUSP, 2000. 80 p.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classes social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.



PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *História da cidadania*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003. 591 p.

POLKE, Ana Athayde et al. A biblioteca, comunidade e informação utilitária: um estudo de como circula a informação utilitária no bairro de Pompéia em Belo Horizonte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982. *Anais...*, João Pessoa, Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba, 1982, v.2, p. 131-159.

SILVA, Oberdan Dias da. O que é extensão universitária? *Integração ensino, pesquisa e extensão*, v.3, n.9, p.148-149, maio, 2007. Disponível em: <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html>. Acesso em: 10 de abril 2008.

SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995. 112p.

VIEIRA, Liszt. O que é cidadania. In: \_\_\_\_\_. *Cidadania e globalização*. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 22-27.

\* **Maria Clara Fonseca**, Graduada em Biblioteconomia pela UFMG. Mestra em Ciência da Informação pela PUC-Campinas. Representante do UNIARAXÁ na Associação Brasileira de Normas Técnicas, Comitê 14 - ABNT/CB14. Coordenadora da Biblioteca Pública Municipal "Viriato Correia" e da Biblioteca central do UNIARAXÁ.

**Endereço eletrônico:** clara@uniaraxa.edu.br.

---

**Abstract** – The right of access to information isn't limited to the resources of conventional libraries. The current information society has accelerated the technological and scientific progress of nations but it has brought along with itself a new class of marginalized persons who aren't able to participate and take advantage of these sources, which is necessary for meeting the cultural and physical needs of mankind. In the context of being social and democratic institution, libraries, especially public ones, fulfill their mission of providing the access to information for everyone who needs it. The higher education institute fulfills its mission, relating with local and regional communities, participating of the social problems. The partnership between both institutions is a demonstration of to believe that only the conjunction of efforts can overcome the countless challenges.

**Key-words:** information, citizenship, Public Library.

---

